



CÂMARA MUNICIPAL DE JABOTICABAL

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

AGENTE CONTÁBIL E FINANCEIRO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Inscrição _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Considere a charge.



(Pancho. www.gazetadopovo.com.br, 09.05.2015)

A forma verbal **cria** é empregada, na charge, de maneira ambígua, com os sentidos de

- (A) instituir e açular.
- (B) inventar e conciliar.
- (C) acometer e anuir.
- (D) suscitar e arrefecer.
- (E) adquirir e sustentar.

Leia o texto para responder às questões de números **02 a 06**.

Revolução tecnológica pode ter sido tremendamente superestimada

Você se lembra de *O Guia do Mochileiro das Galáxias*, romance de Douglas Adams lançado em 1979? A história começa com um chato tecnológico qualquer descartando a Terra por ser um planeta cujas formas de vida são tão primitivas que “elas ainda acham relógios digitais uma ideia bacana”. Mas estamos falando do passado, dos primeiros estágios da revolução da tecnologia da informação.

De lá para cá, avançamos para coisas muito mais significativas, a tal ponto que a grande ideia tecnológica de 2015 é, até o momento, um relógio digital. Mas este instrui o portador a se levantar se ele passar tempo demais sentado.

Está bem, também estou sendo chato. Mas existe uma questão verdadeira nisso. Todo mundo sabe que vivemos em uma era de mudança tecnológica incrivelmente rápida, que está mudando tudo. Mas e se aquilo que todo mundo sabe estiver errado?

O Guia do Mochileiro das Galáxias foi publicado na era do “paradoxo da produtividade”, um período de duas décadas durante o qual a tecnologia parecia estar avançando rapidamente – computadores pessoais, telefones celulares, redes de computação e os estágios iniciais da Internet –, mas o crescimento econômico era lento e a renda estava estagnada.

Apenas por volta de 1995, o crescimento da produtividade decolou. Mas não obtivemos um retorno sustentado a um rápido progresso econômico. Em lugar disso, tivemos um surto isolado de crescimento, que minguou cerca de uma década atrás. Desde então, vivemos em uma era de iPhones, iPads e AiMeuDeus; mas, mesmo que desconsiderados os efeitos da

crise financeira, o crescimento e a tendência de renda retornaram à lentidão que caracterizou os anos 70 e 80.

Em outras palavras, a esta altura, toda a era digital, abrangendo mais de quatro décadas, parece uma decepção. Novas tecnologias produziram grandes manchetes, mas resultados econômicos modestos. Por quê?

Uma possibilidade é que os números estejam desconsiderando a realidade, especialmente os benefícios dos novos produtos e serviços. Tecnologia que me permite assistir na Web apresentações ao vivo dos meus músicos favoritos me propicia muito prazer, mas isso não é computado no Produto Interno Bruto (PIB). Outra possibilidade é que as novas tecnologias sejam mais divertidas que fundamentais.

(Paul Krugman. Traduzido por Paulo Migliacci. Folha de S.Paulo, 25.05.2015. Adaptado)

02. Quando o autor afirma, no segundo parágrafo, “De lá para cá, avançamos para coisas muito mais significativas...”, ele está

- (A) corroborando a ideia de que as mudanças tecnológicas resultaram em uma rápida transformação da economia.
- (B) introduzindo a ideia principal do texto, que focaliza o avanço gradativo da tecnologia da informação por um viés histórico.
- (C) sugerindo que o grande avanço da tecnologia, em 2015, está em substituir produtos analógicos por digitais.
- (D) sendo irônico, o que se torna explícito ao afirmar, no terceiro parágrafo, “Está bem, também estou sendo chato”.
- (E) defendendo o ponto de vista de que a tecnologia digital não deve ser considerada superior à analógica.

03. Para o autor, a revolução tecnológica parece ter sido superestimada, porque

- (A) os avanços que obteve em quatro décadas não chegaram a produzir lucro, e a crise financeira prejudicou a área tecnológica de modo determinante.
- (B) o progresso que promoveu nas décadas de 1970 e 1980 não se manteve estável, entrando em estagnação na última década do século 20, isso em função de o crescimento econômico ter ocorrido em áreas isoladas.
- (C) os benefícios que produziu, apesar de terem alcançado destaque na mídia, não foram capazes de manter o progresso econômico, talvez em virtude de terem se concentrado no âmbito do entretenimento.
- (D) os produtos e serviços que ofereceu foram acessíveis a uma porção muito reduzida da população, ocasionando um impacto diminuto sobre a sociedade no geral, embora tenham acentuado as desigualdades entre as classes sociais.
- (E) o crescimento econômico que gerou se concentrou no comércio de produtos supérfluos, como relógios digitais e computadores desenvolvidos especialmente para o uso doméstico, os quais deixaram de ser produzidos a partir da crise financeira.

04. Na expressão “paradoxo da produtividade”, do quarto parágrafo, o termo **paradoxo** deve ser interpretado com o sentido de

- (A) expansão.
- (B) determinismo.
- (C) contradição.
- (D) restabelecimento.
- (E) involução.

05. No trecho – A história começa com um chato tecnológico qualquer descartando a Terra **por** ser um planeta cujas formas de vida são tão primitivas **que** “elas ainda acham relógios digitais uma ideia bacana”. (1º parágrafo) –, os termos destacados, **por** e **que**, estabelecem, respectivamente, relações de

- (A) causa e consequência.
- (B) concessão e proporção.
- (C) conformidade e condição.
- (D) modo e explicação.
- (E) alternância e finalidade.

06. O termo empregado com sentido figurado está destacado em:

- (A) Mas este instrui o **portador** a se levantar se ele passar tempo demais sentado. (2º parágrafo)
- (B) Apenas por volta de 1995, o crescimento da produtividade **decolou**. (5º parágrafo)
- (C) ... mesmo que desconsiderados os efeitos da crise financeira, o crescimento e a tendência de **renda** retornaram à lentidão que caracterizou os anos 70 e 80. (5º parágrafo)
- (D) Uma possibilidade é que os números estejam desconsiderando a realidade, especialmente os **benefícios** dos novos produtos e serviços. (último parágrafo)
- (E) Outra possibilidade é que as novas tecnologias sejam mais **divertidas** que fundamentais. (último parágrafo)

07. Considere a seguinte frase:

O romance *O Guia do Mochileiro das Galáxias* apesar de publicado em 1979 permanece atual não apenas pela crítica que apresenta à sociedade pós-moderna mas também pela maneira original como é escrito.

A frase está corretamente pontuada em:

- (A) O romance *O Guia do Mochileiro das Galáxias*, apesar de publicado em 1979, permanece atual, não apenas pela crítica que apresenta à sociedade pós-moderna mas também pela maneira original como é escrito.
- (B) O romance *O Guia do Mochileiro das Galáxias* apesar de publicado em 1979, permanece atual não apenas, pela crítica que apresenta, à sociedade pós-moderna mas também, pela maneira original como é escrito.
- (C) O romance *O Guia do Mochileiro das Galáxias*, apesar de publicado em 1979 permanece atual não apenas pela crítica que apresenta, à sociedade pós-moderna mas, também, pela maneira original como é escrito.
- (D) O romance, *O Guia do Mochileiro das Galáxias*, apesar de publicado em 1979 permanece atual, não apenas pela crítica que, apresenta à sociedade pós-moderna mas também, pela maneira original, como é escrito.
- (E) O romance *O Guia do Mochileiro das Galáxias* apesar de publicado em 1979, permanece atual não apenas pela crítica, que apresenta à sociedade pós-moderna mas também pela maneira original, como é escrito.

08. Quanto à regência padrão, está correta a frase:

- (A) O autor pressupõe de que o leitor tenha conhecimento do livro *O Guia do Mochileiro das Galáxias*.
- (B) O contexto em que o romance de Douglas Adams nos remete diz respeito aos primeiros estágios da revolução da tecnologia da informação.
- (C) A era do “paradoxo da produtividade” de que o autor menciona ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980.
- (D) O surgimento de novas versões de iPhones e iPads, a cada ano, faz supor de que a evolução tecnológica se tornou muito limitada.
- (E) A conclusão a que parece chegar o autor é a de que toda a era digital, desde a década de 1970, parece uma decepção.

09. A concordância está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, estabelecendo as relações de sentido de maneira clara e correta, em:

- (A) Considerou-se os habitantes da Terra tão primitivos que um chato tecnológico qualquer decidiu descartá-lo.
- (B) É na década de 1970 que deve ser situados os primeiros estágios da revolução da tecnologia da informação.
- (C) Caso permaneçam sentado por muito tempo, os usuários do novo relógio digital receberão um aviso para que se levante.
- (D) Em uma era de rápidas mudanças tecnológicas, esperam-se que ocorra mudanças nas mais diferentes esferas da sociedade.
- (E) Ainda que insuficientes, são inúmeros os benefícios que as transformações tecnológicas têm proporcionado.

10. Considere a tira.



(Dik Browne. *Hagar*. www.folha.uol.com.br, 31.05.2015. Adaptado)

As lacunas estão, correta e respectivamente, preenchidas, conforme a norma-padrão da língua, em:

- (A) Deixei-a ... lavá-la ... tirá-la
- (B) Deixei-a ... lavar-lhe ... tirar-lhe
- (C) Deixei-lhe ... lavar-lhe ... tirá-la
- (D) Deixei-lhe ... lavá-la ... tirá-la
- (E) Deixei-lhe ... lavar-lhe ... tirar-lhe

11. De uma verba de V reais, um sexto foi utilizado para saldar uma dívida A, 0,6 do valor não utilizado na dívida A foi utilizado para saldar uma dívida B, e os R\$ 1.800,00 que sobraram foram aplicados em um projeto. Sendo assim, a diferença entre as dívidas B e A, nessa ordem, é

- (A) R\$ 1.600,00.
- (B) R\$ 1.700,00.
- (C) R\$ 1.800,00.
- (D) R\$ 1.900,00.
- (E) R\$ 2.000,00.

12. Conforme noticiado pelos meios de comunicação, um levantamento do Ministério Público Estadual de São Paulo (MPE) revelou que sete em cada dez atos infracionais cometidos por adolescentes na cidade de São Paulo tiveram como autor um menor entre 16 e 18 anos.

Considerando-se que 15,4 mil atos infracionais tenham sido cometidos por adolescentes com idades entre 16 e 18 anos, na cidade de São Paulo, é correto afirmar que o número de atos infracionais cometidos por adolescentes com idades diferentes das mencionadas, na referida cidade, foi

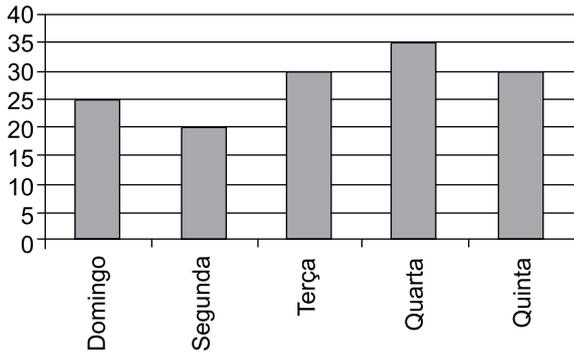
- (A) menor de 5 mil.
- (B) 6,6 mil.
- (C) 13 mil.
- (D) 19,5 mil.
- (E) maior de 21 mil.

13. Uma pesquisa publicada em junho deste ano apresentou informações na qual se pode concluir corretamente que, em Portugal, a razão entre o número de computadores infectados com determinado vírus e o número de computadores não infectados com esse vírus pode ser representada pela fração $\frac{1}{19}$. Supondo-se existirem, naquele

país, um total de 5,4 milhões de computadores, é correto afirmar que o número de computadores não infectados com o vírus em questão supera o número de computadores infectados com tal vírus, naquele país, em

- (A) 3,98 milhões de unidades.
- (B) 4,34 milhões de unidades.
- (C) 4,6 milhões de unidades.
- (D) 4,86 milhões de unidades.
- (E) 5,12 milhões de unidades.

14. O gráfico apresenta informações sobre o número de unidades vendidas de certo produto, nos cinco, dos sete dias de funcionamento de um comércio, na semana anterior.



Sabendo-se que no sábado foram vendidas 10 unidades a mais que na sexta-feira, e que a média diária de unidades vendidas, relativa aos sete dias da referida semana, foi 30, é correto afirmar que o número de unidades vendidas no sábado foi

- (A) 70.
 (B) 60.
 (C) 50.
 (D) 40.
 (E) 30.
15. O preço de venda P_0 de um produto sofreu um aumento de 12%, gerando o preço P_1 . Sobre o preço P_1 , foi concedido um desconto de 11%, gerando um preço P_2 . Nessas condições, é correto afirmar que P_2 , com relação a P_0 , é
- (A) menor em 1%.
 (B) menor em 0,32%.
 (C) maior em 0,32%.
 (D) maior em 1%.
 (E) maior em 1,2%.
16. A tabela apresenta informações sobre as vendas dos produtos A e B efetuadas por dois vendedores em um determinado dia.

Vendedor	Total em vendas	Quantidade vendida (em unidades)	
		Produto A	Produto B
V_1	R\$ 555,00	15	21
V_2	R\$ 465,00	12	18

Sabendo-se que um vendedor V_3 vendeu 15 unidades de cada um desses produtos, no mesmo dia, e que os três vendedores praticaram os mesmos preços de venda de cada produto, pode-se afirmar corretamente que o total em vendas do vendedor V_3 , naquele dia, foi

- (A) R\$ 450,00.
 (B) R\$ 420,00.
 (C) R\$ 390,00.
 (D) R\$ 360,00.
 (E) R\$ 330,00.

17. Dois relógios, R_1 e R_2 , foram programados para despertarem da seguinte forma: o relógio R_1 a cada 1 hora e 45 minutos; e o relógio R_2 a cada 3 horas e 15 minutos. Exatamente às 16 horas de uma segunda-feira, ambos os relógios despertaram juntos. Isso significa que a vez imediatamente anterior em que ambos os relógios despertaram ao mesmo tempo, considerando-se normais as condições de funcionamento e programações, foi às
- (A) 7 horas e 55 minutos da mesma segunda-feira.
(B) 0 hora e 30 minutos da mesma segunda-feira.
(C) 6 horas e 25 minutos do domingo anterior.
(D) 12 horas e 45 minutos do domingo anterior.
(E) 17 horas e 15 minutos do domingo anterior.
18. A tabela apresenta números relacionados a uma pesquisa realizada com 80 pessoas. Nessa pesquisa, foi perguntada para cada pessoa sua preferência entre ou cinema ou teatro e entre ou comédia ou drama, e todas elas responderam corretamente à pergunta.

	Cinema	Teatro
Comédia	30	20
Drama	20	10

Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação verdadeira:

- (A) 25% do total de pessoas preferem drama e teatro.
(B) a razão entre o número de pessoas que prefere comédia e cinema e o número de pessoas que prefere drama e teatro pode ser representada pela fração $\frac{10}{3}$.
(C) 60% dos que preferem cinema preferem comédia.
(D) a razão entre o número de pessoas que prefere comédia e drama e o número de pessoas que prefere cinema e teatro pode ser representada por 1.
(E) 50% dos que preferem drama preferem teatro.
19. Em um reservatório de água, no formato de caixa retangular reta, ou seja, de paralelepípedo retangular reto, há 2,7 metros cúbicos de água, o que corresponde a 30% do seu volume total. Quando a coluna da altura de água atingir $\frac{4}{5}$ da sua medida total, a quantidade de água, em litros, que haverá nesse reservatório será
- (A) 7 200.
(B) 7 300.
(C) 7 400.
(D) 7 500.
(E) 7 600.

20. Um azulejo com base retangular medindo 20 por 30 centímetros precisa ser proporcionalmente reduzido, de modo que a área de sua base corresponda a 64% da área da base atual. Nessas condições, o perímetro da base do azulejo reduzido, em centímetros, deverá ser de
- (A) 70.
(B) 72,5.
(C) 75.
(D) 77,5.
(E) 80.

R A S C U N H O

LEGISLAÇÃO

21. Assinale a alternativa que corretamente disserta sobre previsões acerca da Câmara Municipal de Jaboticabal, contidas na Lei Orgânica Municipal.

- (A) A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo 1/2 (metade) do valor percebido, como remuneração, pelos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- (B) Qualquer cidadão poderá solicitar ao Presidente da Câmara Municipal que lhe permita emitir conceito ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.
- (C) Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras atribuições, autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias.
- (D) O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente como renunciante ao cargo, convocando-se o suplente para tomar posse no prazo de 5 (cinco) dias.
- (E) Cabe à Comissão de Ética da Câmara Municipal declarar a perda do mandato de Vereador, de ofício ou por provocação de quaisquer membros, por quebra de decoro parlamentar.

22. O Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaboticabal prevê, acerca dos cargos em comissão, que

- (A) são reservados 10 (dez) por cento do cômputo em geral dos cargos em comissão para a nomeação de servidores do quadro efetivo.
- (B) o servidor efetivo nomeado para cargo em comissão fará jus à remuneração prevista em lei para o cargo efetivo para o qual prestou concurso público e em cuja carreira se encontra inserido.
- (C) eles destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento e serão providos mediante livre escolha da autoridade competente de cada Poder, autarquia ou fundação pública.
- (D) aos servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, alheios aos quadros de pessoal permanente do Município, aplicam-se os direitos e vantagens previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas.
- (E) os servidores ocupantes exclusivamente de cargo em comissão fazem jus às gratificações de função, natalina e de produtividade, bem como aos adicionais de férias, de serviço extraordinário e pelo exercício de atividades perigosas ou insalubres.

23. Considere a seguinte situação hipotética:

No ano de 2015, aumentaram drasticamente os números de casos de dengue no Estado de São Paulo, o que também ocorreu em relação ao Município de Jaboticabal. Diante do aumento considerável do número de pessoas que procuraram as unidades básicas de saúde municipais, a situação pode ser considerada uma calamidade pública. Tal fato afetou os recursos orçamentários e financeiros disponíveis para o tratamento dos casos de dengue e os demais atendimentos de saúde em geral. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Jaboticabal, o Prefeito Municipal, para fazer frente a essa necessidade pública, poderá

- (A) adotar Medida Provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato à Câmara Municipal, a fim de permitir que possa tomar as providências necessárias ao combate da epidemia.
- (B) decretar estado de defesa para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por essa calamidade de saúde pública.
- (C) instituir empréstimo compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes da calamidade pública anunciada, que, no entanto, somente poderá ser cobrado após 90 (noventa) dias de sua instituição.
- (D) decretar situação de emergência e pleitear o recebimento de créditos de caráter emergencial junto ao Estado de São Paulo e à União, que são responsáveis pelo contingenciamento de recursos afetos à defesa permanente contra as calamidades públicas.
- (E) promover a transferência de recursos orçamentários de outras áreas da Administração Pública para a área da saúde, excepcionalmente sem necessidade de autorização da Câmara Municipal, pois se trata do instituto do remanejamento fiscal.

24. Órgão interno do Poder Legislativo hierarquizado diretamente à Presidência da Câmara Municipal, sob a direção de um Diretor, incumbido de superintender e coordenar a elaboração da Programação Anual, dos Relatórios de Gestão da Câmara Municipal, dos relatórios de gestão fiscal e do sistema AUDESP, é denominado, pela Lei Municipal nº 4.677/15, como

- (A) Departamento de Administração.
- (B) Departamento Contábil e Financeiro.
- (C) Departamento Jurídico.
- (D) Departamento Legislativo.
- (E) Departamento de Pessoal.

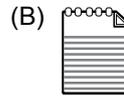
25. Considere a seguinte situação hipotética:

Diretor do Setor de Licitações da Câmara Municipal de Jaboticabal, servidor público municipal, está sendo investigado por suposto direcionamento de licitações, mediante cobrança de valores indevidos de empresas, a suscitar hipótese de prática de crime contra a Administração Pública, em razão de denúncia formulada por outros três servidores públicos que trabalham naquela unidade. Estes servidores afirmam, também, que o diretor está ameaçando imputar-lhes falsas faltas e condutas irregulares, para que sejam punidos e até mesmo demitidos do serviço público municipal. Neste caso, considerando as medidas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jaboticabal e a necessidade de se apurar a veracidade da denúncia, deverá o Presidente da Câmara Municipal

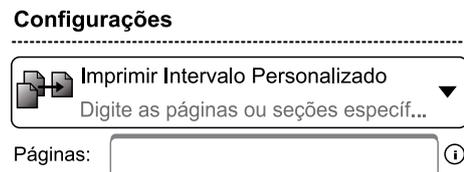
- (A) informar todo o ocorrido à autoridade policial, remetendo cópias de todos os documentos pertinentes e aguardar o término do inquérito policial e, com a conclusão deste, decidir pela aplicação ou não de pena ao servidor.
- (B) remeter os autos da apuração preliminar ao Ministério Público, que é parte legítima para pleitear, perante o Poder Judiciário, a instauração do processo disciplinar contra o servidor público, visando a sua demissão.
- (C) representar, imediatamente, ao juiz do trabalho competente, pela abertura de inquérito administrativo para apuração da falta disciplinar, podendo também requerer o afastamento imediato do servidor, com prejuízo de seus vencimentos.
- (D) determinar, como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, o afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da respectiva remuneração.
- (E) requerer ao Prefeito Municipal a indicação de Comissão de Sindicância que deverá, em tempo integral, apurar o cometimento de infração e determinar a imposição da pena, mediante procedimento sumário, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Assinale a alternativa que contém o ícone de atalho de um documento de texto do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, sem personalizações.



27. A figura a seguir apresenta parte das configurações de impressão de um documento de 50 páginas do MS-Word 2010, em sua configuração padrão. Para ter acesso a essas configurações, o usuário pode clicar no item Imprimir, da guia Arquivo, quando ele estiver editando um documento e uma impressora estiver instalada.

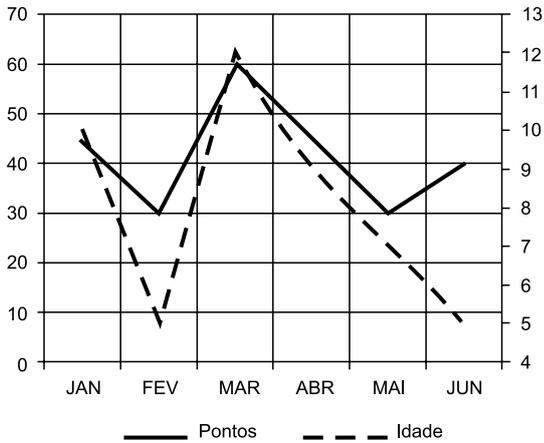


Assinale a alternativa que contém o intervalo de páginas que, quando inserido na caixa "Páginas" da figura, permitirá ao usuário imprimir as páginas 3, 4 e 7, dentre outras, após o comando de impressão e as devidas confirmações.

- (A) 3-4, 50
- (B) 1-4, 5, 6-20
- (C) 1-5, 8-50
- (D) 1-2, 4-7
- (E) 2-4, 8-50

28. Observe a figura a seguir, extraída do MS-Excel 2010 em sua configuração padrão. Ela apresenta um gráfico com os pontos (de 30 a 60) e as idades médias (de 5 a 12) de um teste aplicado de janeiro a junho.

Este tipo de gráfico está disponível para o usuário no grupo Gráficos, da guia Inserir.



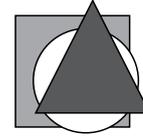
Assinale a alternativa que contém o nome do tipo do gráfico apresentado na figura.

- (A) Colunas
- (B) Dispersão (XY)
- (C) Superfície
- (D) Linhas
- (E) Radar

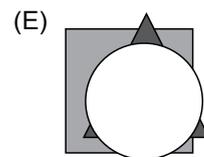
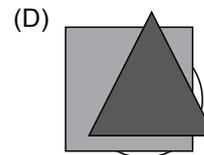
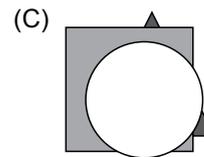
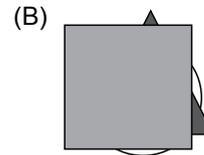
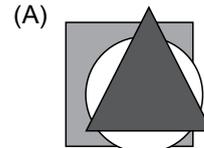
29. No MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, um e-mail que está sendo editado, ou seja, que ainda não foi enviado, ficará à disposição do usuário na pasta:

- (A)  Caixa de Entrada
- (B)  Itens Enviados
- (C)  Rascunhos
- (D)  RSS Feeds
- (E)  Lixo eletrônico

30. Observe as três formas a seguir: um quadrado, um círculo e um triângulo, extraídos de uma apresentação do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. Considere que as formas não estão agrupadas.



Assinale a alternativa que contém a nova disposição das três formas quando o usuário selecionar o triângulo e clicar apenas uma vez no botão Recuar, do grupo Organizar, da guia Formatar, que é exibida quando uma ou mais formas são selecionadas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades

- (A) de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, de programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas sócio-econômicas.
- (B) de execução exclusivamente orçamentária e de acompanhamento da arrecadação, além de organizar os relatórios de monitoramento do orçamento.
- (C) de coordenação da elaboração dos projetos de lei do plano plurianual, bem como acompanhar as unidades administrativas responsáveis pela execução de projetos.
- (D) de manutenção do sistema de informações relacionados a indicadores econômicos e sociais, bem como financiar os projetos sociais e econômicos de entidades integrantes dos poderes governamentais.
- (E) de coordenação, consolidação e supervisão na elaboração dos projetos da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária da União, assim como submeter as dotações orçamentárias à aprovação do poder executivo.

32. Integram o Sistema de Administração Financeira Federal

- (A) a Secretaria da Fazenda Nacional, como órgão central, as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República e o Banco Central do Brasil.
- (B) o Banco Central do Brasil, o Ministério do Tesouro Nacional, bem como os órgãos setoriais.
- (C) o Banco Central do Brasil, como órgão central, o Banco do Brasil, como órgão secundário, o Sistema Financeiro de Compensação por direitos creditórios.
- (D) a Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República, como órgãos primários, o Tesouro Nacional, como órgão secundário e o Banco Central do Brasil, como órgão fiscalizador.
- (E) a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central, bem como as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.

33. A avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União e o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União, são finalidades

- (A) da Advocacia Geral da União, em conjunto com o Banco Central do Brasil.
- (B) do Sistema Financeiro Nacional.
- (C) da Secretaria da Fazenda Nacional.
- (D) do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.
- (E) da Advocacia Geral da União, em contrapartida do acompanhamento pela Controladoria Geral da União.

34. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade. Tal Lei estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Isto posto, baseado no demonstrativo de receitas apresentado no anexo 3 da Lei nº 4.320/64, as Receitas de Empresas Públicas e Receitas de Serviços Públicos serão classificadas no grupo de:

- (A) 1.5.0.00 – Receita Diversa.
- (B) 1.3.0.00 – Receita Industrial.
- (C) 2.0.0.00 – Receita de Capital.
- (D) 1.2.0.00 – Receita Patrimonial.
- (E) 1.1.0.00 – Receita Comercial.

Considere as informações a seguir para responder a questão.

CONTA CONTÁBIL	REAIS (R\$)
Restos a Pagar Processados	68.891.874,49
Restos a Pagar não Processados	299.531.191,52
Consignações Inscritas em RP	55.706.519,64
Consignações do Exercício	1.101.834.194,69
Depósitos de Diversas Origens	1.116.816.836,62
Despesas a Regularizar	468.657,38
Depósitos a Terceiros	577.864.856,74
Receita Própria a Repassar	986.086.921,48
Receita do Tesouro a Repassar	810.807.419,04
Receita Própria a Receber	986.086.516,88
Receita do Tesouro a Receber	810.809.927,32

35. O Agente Contábil, ao receber tais informações fornecidas pela contabilidade, deverá classificá-las, de acordo com o anexo 13 do balanço financeiro – VALORES LIQUIDADOS E EMPENHADOS A LIQUIDAR – padronizado pela Lei nº 4.320/64, no grupo de contas de

- (A) Receita extra orçamentária.
- (B) Receita de capital.
- (C) Receita corrente.
- (D) Créditos consignados.
- (E) Variações orçamentárias.

36. Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

Conforme o Art. 165 da CF de 1988, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, bem como os orçamentos anuais serão estabelecidos pelos poderes executivos. No caso da lei de diretrizes orçamentárias, esta compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as _____ para o exercício financeiro _____, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política _____.

- (A) receitas de capital ... subsequente ... de movimentação financeira
- (B) receitas tributárias ... corrente ... monetária
- (C) despesas mobiliárias ... corrente ... financeira, incluindo as de direito creditório
- (D) despesas correntes ... incluindo os 4 anos de mandato ... econômica e social
- (E) despesas de capital ... subsequente ... de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento

37. Os bens públicos que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades é denominado como

- (A) dominicais.
- (B) de uso comum.
- (C) os de uso especial.
- (D) usucapião.
- (E) repatriados.

38. Os tipos de orçamentos públicos iniciais, de acordo com a Lei do orçamento, são

- (A) receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias, e os planos plurianuais.
- (B) o plano plurianual, plano orçamentário e extra orçamentário.
- (C) o plano de metas e diretrizes orçamentárias e a lei de diretrizes plurianuais.
- (D) o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (E) as diretrizes de metas orçamentárias, o plano plurianual e o de quatro anos.

39. A despesa corrente derivada de lei, de medida provisória ou de ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios será considerada como

- (A) não obrigatória e uniforme.
- (B) permanente e de caráter variável.
- (C) obrigatória de caráter continuado.
- (D) facultativa, entretanto se adotada, de caráter continuado.
- (E) optativa, entretanto, na opção torna-se de caráter continuado.

40. Considere o modelo de Balanço Orçamentário a seguir:

(ENTE DA FEDERAÇÃO)						
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO						
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL						
Exercício 2XXX						
	Previsões	Previsão	Receitas			
	Inicial	Atualizada	Realizadas	Saldo		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS						
Receitas Correntes						
Receitas de Capital						
Recursos Arrecadados de Anos Anteriores						
Subtotal das Receitas						
Operações de Crédito / Refinanciamento						
Operações de Crédito Internas						
Operações de Crédito Externas						
Subtotal com Refinanciamento						
Deficit						
Total						
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)						
Superávit Financeiro						
Reabertura de Créditos Adicionais						
	Dotação	Dotação	Despesas	Despesas	Despesas	Saldo da
	Inicial	Atualizada	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	Dotação
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS						
Despesas Correntes						
Despesas de Capital						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						
Subtotal das despesas						
Amortização da Dívida/Refinanciamento						
Subtotal com Refinanciamento						
Superávit						
Total						

Utilizando esse modelo de Balanço Orçamentário, é correto afirmar que o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada no Balanço Orçamentário pode ser verificado (sem influenciar o seu resultado) somando-se os valores da linha TOTAL e da linha SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, constantes da coluna PREVISÃO ATUALIZADA, e confrontando-se esse montante com

- (A) a somatória dos SALDOS ORÇADOS.
- (B) o total da coluna DOTAÇÃO ATUALIZADA.
- (C) o total da coluna de PREVISÃO INICIAL.
- (D) o total da coluna de REALIZAÇÃO ACUMULADA.
- (E) a coluna das RECEITAS REALIZADAS.

41. O Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as classes 1, 2, 3, 4, 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Dentro das definições do balanço Financeiro, o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades é denominado

- (A) Variação patrimonial.
- (B) Destinação vinculada.
- (C) Transferências financeiras recebidas e concedidas.
- (D) Movimentações financeiras extraordinárias.
- (E) Destinação ordinária.

42. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no Patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará

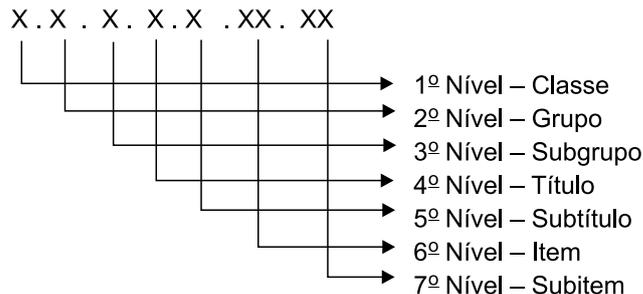
- (A) o resultado patrimonial do exercício.
- (B) o lucro social do exercício.
- (C) o superávit ou déficit líquido acumulado.
- (D) o superávit ou déficit social acumulado.
- (E) o resultado social do exercício e acumulado.

43. Representa a estrutura de informações sobre identificação, mensuração, registro, controle, evidenciação e avaliação dos atos e dos fatos da gestão do patrimônio público, com o objetivo de orientar e suprir o processo de decisão, a prestação de contas e a instrumentalização do controle social.

O texto aborda

- (A) o plano de contas contábil.
- (B) o balancete de verificação.
- (C) o sistema contábil.
- (D) a conta ou rubrica contábil.
- (E) o balanço patrimonial.

44. O Plano de Contas Aplicado ao Setor público está estruturado em níveis de desdobramento, sendo esses classificados e codificados do primeiro ao sétimo nível, como mostra a figura a seguir:



Note-se que os entes da Federação, eventualmente, podem ter mais níveis de desdobramento além desses. Não obstante, observa-se que o 1º nível, referente às classes, incluiu oito grupos de contas que foram ordenados em uma lógica contábil, conforme determina a matéria. Baseado nisso, assinale qual o grupo de contas pertence à classificação da 3ª classe:

- (A) Variações Patrimoniais Aumentativas.
- (B) Variações Patrimoniais Diminutivas.
- (C) Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento.
- (D) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- (E) Controles Devedores.

45. Os Princípios de Contabilidade, aprovados pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, requerem, para o seu amplo entendimento pelos usuários da formação contábil e para a perfeita compreensão pelos profissionais da contabilidade, um grau de detalhamento que não é possível abranger nos próprios enunciados.

Nesse contexto, ao se analisar a contabilidade de uma entidade, verifica-se que suas transações vêm sendo contabilizadas por ocasião dos pagamentos e recebimentos realizados pelo setor financeiro da entidade. Assim, é correto afirmar que o registro de tais transações está em desacordo com o princípio

- (A) da prudência.
- (B) da oportunidade.
- (C) da entidade.
- (D) do registro pelo valor original.
- (E) da competência.

Com base nas contas contábeis da Companhia Serve Pra Todos S.A., relativas ao exercício de 2014, a seguir descritas e apresentadas em Reais, pede-se preparar um balanço patrimonial e a respectiva demonstração do resultado do exercício para responder às questões de números 46 a 48.

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2014
Reserva de capital	84.560
Despesas financeiras, líquidas	65.000
Reavaliação do ativo imobilizado	125.000
Fornecedores	94.900
Reserva de reavaliação	82.500
Impostos a recolher	86.368
Provisão para contingências	67.680
Estoques	75.580
Leasing financeiro	37.850
Despesa de imposto de renda e contribuição social	19.600
Ativo imobilizado, líquido	182.500
IR e CSLL diferidos, sobre mais valia do imobilizado	42.500
Capital	100.000
Contas a receber de clientes	165.000
Custos dos produtos vendidos	176.948
Despesas administrativas e de vendas	103.500
Impostos a recuperar	79.420
Despesas antecipadas	4.070
Outras contas a pagar	2.110
Disponibilidades	27.600
Duplicatas descontadas	73.000
Férias a pagar	48.450
Investimentos	135.700
Resultado credor da equivalência patrimonial	50.000
Vendas líquidas	390.000

46. Baseado no balanço patrimonial da Companhia, assinale a alternativa que aponta o valor do ativo circulante, em 31 de dezembro de 2014 e em Reais.

- (A) 245.760,00
- (B) 272.250,00
- (C) 278.670,00
- (D) 351.670,00
- (E) 381.750,00

47. Baseado no balanço patrimonial da Companhia, após o encerramento das contas do resultado, assinale a alternativa que aponta o valor do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2014 e em Reais.

- (A) 184.560,00
- (B) 259.512,00
- (C) 267.060,00
- (D) 334.740,00
- (E) 342.012,00

48. Baseado na demonstração do resultado da Companhia, assinale a alternativa que aponta o valor do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, em 31 de dezembro de 2014 e em Reais.

- (A) 84.312,00
- (B) 87.430,00
- (C) 91.552,00
- (D) 94.552,00
- (E) 96.783,00

49. De quanto foi o lucro ou prejuízo, desconsiderando os centavos, decorrente da alienação de um veículo, sabendo-se que:

- O exercício social da empresa coincide com o ano calendário – 1º de janeiro a 31 de dezembro;
- O bem foi adquirido em 1º de dezembro de 2011 e o valor de compra foi de R\$85.000,00;
- O veículo foi alienado em 3 de janeiro de 2014 por R\$ 55.000,00;
- A vida útil estimada para o veículo foi de 5 anos; e
- O método de depreciação foi linear.

- (A) Prejuízo de R\$ 4.167
- (B) Prejuízo de R\$ 5.167
- (C) Lucro de R\$ 5.416
- (D) Lucro de R\$ 5.874
- (E) Lucro de R\$ 46.129

50. A companhia Beta detém, ao final de dezembro de 2014, 85% do capital social da companhia Alfa, a qual registrou em 2014, um lucro líquido de R\$ 780.000,00. Nesse mesmo ano, a controlada registrou no seu patrimônio líquido um ajuste de variação patrimonial, decorrente de uma mais valia do seu ativo imobilizado (*deemed cost*), no valor de R\$ 250.000,00. Isto posto, o valor credor da equivalência patrimonial registrado pela controladora em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$

- (A) 663.000,00
- (B) 780.000,00
- (C) 875.500,00
- (D) 1.030.000,00
- (E) 1.340.000,00

51. A respeito do reconhecimento de receita na demonstração financeira de uma entidade, quando a conclusão de um contrato de construção puder ser estimada com confiabilidade, as receitas e os custos associados ao contrato de construção devem ser reconhecidos como receitas e despesas, respectivamente, tomando como referência
- (A) na conclusão da obra, quando os custos poderão ser apurados com mais propriedade.
 - (B) o contrato que o suporta, seguindo as cláusulas contratuais financeiras (*financial clause*).
 - (C) a emissão das notas fiscais de serviços.
 - (D) o estágio de execução (*stage of completion*) da atividade contratual ao término do período de reporte.
 - (E) a ocasião em que for provável que os benefícios econômicos associados ao contrato fluirão para a entidade
52. Compreende as entidades, os sistemas e os procedimentos relacionados com o processamento e a liquidação de operações de transferência de fundos, de operações com moeda estrangeira ou com ativos financeiros e valores mobiliários. São integrantes, os serviços de compensação de cheques, de compensação e liquidação de ordens eletrônicas de débito e de crédito, de transferência de fundos e de outros ativos financeiros, de compensação e de liquidação de operações com títulos e valores mobiliários, de compensação e de liquidação de operações realizadas em bolsas de mercadorias e de futuros, e outros, chamados coletivamente de entidades operadoras de Infraestruturas do Mercado Financeiro (IMF).
- O texto trata
- (A) do Sistema de Pagamentos Brasileiro – SPB.
 - (B) do Sistema de Compensação Financeiras – SCF.
 - (C) da Câmara de Compensação Financeira – CCF.
 - (D) do Sistema de Liquidação de Operações – SLO.
 - (E) do Sistema Financeiro Brasileiro – SFB.
53. Conforme definição dada, trata-se, o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, de um depositário central de títulos. Nessa condição, processa a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia desses títulos. É também um sistema eletrônico que processa o registro e a liquidação financeira das operações realizadas com esses títulos pelo seu valor bruto e em tempo real, garantindo segurança, agilidade e transparência aos negócios. Os títulos referidos no texto referem-se a
- (A) dívida pública ativa interna e externa de emissão do BACEN.
 - (B) dívida pública federal interna de emissão do Tesouro Nacional.
 - (C) títulos federais, estaduais e municipais de emissão da Secretaria do Tesouro dos referidos poderes.
 - (D) valores mobiliários negociados em bolsa ou em carteira.
 - (E) títulos financeiros e de protestos em geral, incluindo aqueles emitidos pelo Tesouro Nacional.
54. No que tange à Letra de Câmbio - LC, é correto afirmar.
- (A) O pagamento de uma letra de câmbio, independente do aceite e do endosso, pode ser garantido por aval. Todavia, para a validade do aval, é necessária a apresentação de uma garantia real desse, não havendo a possibilidade do aceite de simples assinaturas.
 - (B) A apresentação da LC ao aceite é obrigatória quando certa a data do vencimento. A letra a tempo certo da vista deve ser resgatada do sacado, dentro do prazo nela marcado; na falta de designação, dentro de dois meses contados da data da emissão do título, sob pena de ter que exercer judicialmente o direito regressivo contra o avalista.
 - (C) Sendo dois ou mais os sacados, o portador da LC deve apresentar o título diretamente ao segundo sacado para a validade do aceite.
 - (D) O aceite do título LC, uma vez firmado, pode ser cancelado ou retirado, desde que em comum acordo, os nomeados paguem multa por quebra de contrato.
 - (E) O endosso na LC transmite a propriedade da letra de câmbio. Para a validade do endosso, é suficiente a simples assinatura do próprio punho do endossador ou do mandatário especial, no verso da letra.
55. A remessa de duplicata poderá ser feita diretamente pelo vendedor ou por seus representantes, por intermédio de instituições financeiras, procuradores ou, correspondentes que se incumbam de apresentá-la ao comprador na praça ou no lugar de seu estabelecimento, podendo os intermediários devolvê-la, depois de assinada, ou conservá-la em seu poder até o momento do resgate, segundo as instruções de quem lhes cometeu o encargo.
- No caso em que a duplicata não for à vista, esta deverá ser devolvida pelo comprador ao apresentante dentro do prazo de
- (A) 05 dias, contado da data de sua apresentação.
 - (B) 10 dias, contado da data de sua apresentação.
 - (C) 15 dias, contado da data de sua apresentação.
 - (D) 20 dias, contado da data de sua apresentação.
 - (E) 25 dias, contado da data de sua apresentação.

56. Compete ao Tabelião de Protesto de Títulos na tutela dos interesses públicos e privados, a protocolização, a intimação, o acolhimento da devolução ou do aceite, o recebimento do pagamento, do título e de outros documentos de dívida, bem como lavrar e registrar o protesto ou acatar a desistência do credor em relação ao mesmo, proceder às averbações, prestar informações e fornecer certidões relativas a todos os atos praticados, conforme regulamento para tanto.

No que tange, especificamente, a protesto de títulos, poderão ser protestados títulos e outros documentos de dívida em moeda estrangeira, emitidos fora do Brasil, desde que acompanhados

- (A) da respectiva nota fiscal de exportação e averbação da receita federal.
- (B) de títulos emitidos localmente em moeda local.
- (C) do termo de aceite do título, pelo credor.
- (D) de tradução efetuada por tradutor público juramentado.
- (E) do termo de entrada ou saída de divisas registado no Banco Central do Brasil.

57. Uma prestadora de serviços, tributada pelo lucro real no regime não cumulativo e sujeita a PIS, COFINS e CSLL, emitiu uma nota fiscal de serviços no valor de R\$ 10.000,00, e teve uma retenção de impostos no montante de R\$ 465,00, equivalendo portanto, a 4,65% do valor dos serviços. Nesse caso, essa alíquota relativa à retenção está composta por

- (A) 1,65% de PIS e 3% de COFINS.
- (B) 1% de CSLL, 0,65% de PIS e 3% de COFINS.
- (C) 0,5% de CSLL, 0,5% de IR, 0,65% de PIS e 3% de COFINS.
- (D) 1,5% de IR e 3% de CSLL.
- (E) 1,5% de CSLL, 1,5% de IR, 0,65% de PIS e 1% de COFINS.

58. O imposto, de competência da União, cujo fato gerador é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; e de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos anteriormente, é o

- (A) Imposto sobre Bens de Capital e da Renda.
- (B) Imposto sobre a Produção e Circulação.
- (C) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.
- (D) Imposto sobre Transmissão Inter vivos.
- (E) Imposto sobre Operações Financeiras.

59. É cobrada (o) pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições e têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O texto trata de

- (A) contribuição social.
- (B) imposto.
- (C) contribuição previdenciária.
- (D) taxa.
- (E) contribuição de Melhoria.

60. Segundo determinados autores, a receita pública é toda a entrada de numerário nos cofres do Estado, podendo ser ela originária, proveniente do patrimônio do Estado, ou derivada, proveniente de tributos.

Nesse caso, definir-se tributo como:

- (A) a receita proveniente da prestação de serviço do Estado à população, não compulsória, que poderá ser em moeda ou mesmo na troca de ativos, cobrada mediante atividade financeira não vinculada.
- (B) toda prestação comercial não compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, no caso troca de ativos, que não constitua sanção de ato lícito, e cobrada mediante atividade financeira vinculada.
- (C) toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- (D) melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, e instituída para fazer face ao custo de obras de infraestrutura, educação e saúde, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor do custo.
- (E) a receita cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

